

Como os bancos centrais são transformados em “bad banks”

Ernst Lohoff e Norbert Trenkle discutem a crise econômica e financeira

Entrevista dada a Reinhard Jellen.

*Tradução da versão em inglês feita por Joe Keady do original em alemão. A entrevista foi publicada originalmente na revista *Telepolis* em 1º de agosto de 2012.*

Nuvens negras despontam no horizonte: com as economias da Europa ameaçando cair como peças de dominó e com o fim do euro à vista, as contramedidas políticas parecem ser cada vez mais ineficazes, apesar das suas dimensões absurdas (a Alemanha, por exemplo, está atualmente comprometida com um passivo global de 644 bilhões de euros).

Cada solução apresentada para o problema parece se transformar discretamente em um problema ainda maior, pois exacerba e aprofunda ainda mais a crises financeira, da dívida e econômica. Com o fim da última bolha financeira remanescente, ou seja, àquela dos empréstimos soberanos, juntamente com a iminente inflação, a crise vindoura poderia fazer o período seguinte à Sexta-feira Negra, em 1929, parecer um agradável passeio em um luminoso domingo de Páscoa. O que se segue é uma conversa com Ernst Lohoff e Norbert Trenkle, cujo livro *Die Grosse Entwertung* (A grande desvalorização) localiza os limites históricos da economia burguesa em nosso tempo.

RJ: *Como Marx nos ajuda a compreender de modo melhor a presente crise do que outros teóricos?*

EL: Para responder a essa pergunta, primeiro temos que olhar para as discussões travadas em torno da crise atual, as quais se caracterizam por uma discrepância notável. Por um lado, é facto de que se está diante de uma crise de “proporções históricas”; a cada par de semanas acontece uma nova reunião de cúpula que termina com as cabeças mais importantes do mundo atual anuciando que acabaram de salvar a economia global da destruição. Por outro lado, as explicações que estão sendo oferecidas para este desenvolvimento dramático são extremamente pobres. O discurso oficial em torno da crise está sendo conduzido no mesmo nível de atuação de um encanador amador que corrige um cano aqui e ali da casa em construção, enquanto o porão está se enchendo de água. Toda espécie de manobra tecnológica e financeira está sendo discutida, mas ninguém realmente sabe o que de cada uma delas virá, porque não existe uma análise teoricamente fundamentada do processo de crise em curso.

Enquanto isso, os representantes mais conscientes da teoria econômica estão admitindo abertamente a falência de sua disciplina. O professor de Harvard e ex-economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff, por exemplo, disse recentemente ao jornal alemão de negócios *Handelsblatt* que os modelos econômicos altamente elegantes

que dominam a academia há décadas, na prática, foram “muito, muito mal sucedidos. Quando o grande choque veio, eles se mostraram inúteis.”

RJ: *O que causa essa falha total?*

EL: Achamos que essa causa se encontra numa questão básica que está pedindo para ser respondida, em primeiro lugar. A questão fundamentalposta pela crise de nossa era é realmente muito óbvia: por que uma sociedade dotada de uma capacidade produtiva absolutamente imensa, que é capaz de produzir sem parar enormes quantidades de riqueza material, pode chegar à conclusão em certo momento de que ela, aparentemente, “está vivendo acima de suas possibilidades”? Podemos encontrar a resposta a esta questão em Marx desde que ele seja lido criticamente e não por meio dos modelos interpretativos do marxismo tradicional ou do chamado “renascimento de Marx” que estamos vendo prosperar agora.

Riqueza material vs. Riqueza abstrata

O Capital de Marx não começa contrastando o capital e o trabalho, mas pela “forma elementar” da riqueza na sociedade capitalista: a mercadoria. Marx mostra que a contradição fundamental que explica a tendência à crise no capitalismo em geral e, em particular, naquela que ocorre no momento atual, está contida na própria mercadoria. Trata-se da contradição entre duas formas diferentes de riqueza: por um lado, tem-se a riqueza material, tal como expressa na produção de bens; por outro, tem-se a riqueza abstrata, a qual está representada na categoria valor e se encontra reificada na forma de dinheiro.

Sob as condições da moderna produção de mercadorias, ou seja, dentro de uma sociedade capitalista, a riqueza material é apenas produzida à medida que ela também pode representar valor, ou seja, à medida que contribui para a valorização do capital. Assim, a produção de bens é sempre um meio para um propósito que lhe é externo: o fim em si mesmo de transformar dinheiro em mais dinheiro. Toda vez que este fim não pode ser alcançado porque a valorização do capital chegou a um impasse, a riqueza material também deixa de ser produzida. Os bens são mesmo destruídos porque não podem ser vendidos; e isso ocorre apesar do fato de que necessidades permanecem insatisfeitas numa escala maciça. Por exemplo, as pessoas têm que viver em tendas, enquanto suas casas permanecem vazias, porque simplesmente elas não podem mais pagar a sua dívida hipotecária.

RJ: *O que caracteriza as crises econômicas na sociedade burguesa em comparação com as crises de outras eras?*

NT: Basicamente, podemos dizer que as crises no capitalismo não surgem da escassez, mas da abundância e em meio à abundância. Essa é uma insanidade básica que os economistas não podem explicar porque eles naturalizam a produção da riqueza abstrata: eles apresentam a produção de mercadorias como uma forma inata da economia humana. Por essa razão, eles não prestam atenção às contradições internas entre a produção material e a produção de riqueza abstrata e, assim, tornam-se cegos para as causas profundas da crise corrente.

“Crise estrutural na produção de valor real”

RJ: *Que espécie de crise econômica é esta que ora acontece?*

EL: Marx faz distinção entre crises gerais e particulares; afirma que “nas crises do mercado mundial, todas as contradições da produção burguesa entram em erupção em conjunto; nas crises específicas (particulares em conteúdo e em extensão) as erupções são apenas esporádicas [sic], isoladas e unilaterais.” Nenhuma outra crise na história do capitalismo merece ser chamada de crise geral como aquela que tem se manifestado desde o outono de 2008. É todo um sistema de crises parciais que se criam mutuamente, sobrepõem-se e se constroem umas às outras.

Antes de tudo, duas camadas principais têm que ser analisadas separadamente. Primeiro, há uma crise estrutural na produção de valor real. Esta vem ocorrendo continuamente sob a superfície dos acontecimentos, desde os anos 1970; ela nunca foi superada e, de fato, não pode ser superada porque se origina no fato de que a produtividade, desde então, tem sido muito alta para manter o processo de valorização do capital. O capital tem de se reproduzir porque, em caso contrário, ele deixa de ser capital. E, para que isso ocorra, é preciso que uma força de trabalho em constante crescimento seja utilizada para produzir mercadorias. Mas, ao mesmo tempo, a concorrência produz sem parar uma corrida pelo aumento da produtividade, a qual leva a uma constante substituição de trabalho por capital fixo. Ora, essa é a contradição interna fundamental no modo de produção capitalista que, ao final, volta-se contra o próprio modo de produção. Especificamente, se a produtividade é tão alta que enormes massas de força de trabalho são tornadas supérfluas, isto põe em risco a própria base da valorização do capital. Trata-se precisamente disso o que está no miolo da crise estrutural fundamental – crise esta, aliás, que o próprio sistema capitalista global pôs-se a si mesmo após o fim do *boom* do pós-guerra.

RJ: *Qual vem a ser a outra camada fundamental da crise?*

NT: A crise que acabamos de descrever tem sido encoberta pela enorme expansão dos mercados financeiros ao longo de décadas. Ao nível do sistema, a acumulação de capital ganhou força após as crises da década de 1970; desse modo, a economia mundial conseguiu começar a crescer novamente. Esse crescimento, porém, não foi acionado pela produção efetiva de valor por meio do emprego de força de trabalho, mas por meio do aumento explosivo de capital no setor financeiro. À medida que aí circularam mais e mais títulos de propriedade (dívidas, ações, derivativos, etc.), teve continuidade uma prestidigitação que consiste em fazer aparecer no presente um valor futuro, ou seja, em transformar um valor que, na verdade, não foi ainda produzido e que, talvez, não venha a ser nunca produzido, em riqueza abstrata atual.

Mas essa reprodução do capital por meio da antecipação de valor, a qual já há muito tempo atingiu proporções astronômicas, entrou em crise. Ainda que o aumento constante nos títulos de propriedade, sem o qual o capitalismo já não pode mais sobreviver, esteja acontecendo da mesma forma que sempre, ou melhor, esteja até mesmo ganhando velocidade, isso ocorre porque um impulso esta sendo dado pelos governos e, sobretudo, pelos bancos centrais. Os estados nacionais aumentam a sua dívida e os bancos centrais fornecem créditos excessivos os bancos privados, a taxas

nulas de juros, enquanto que, simultaneamente, seguem comprando certos títulos que ninguém mais quer comprar. Na verdade, lentamente, está se chegando aos limites desse processo, sendo a crise do euro apenas um exemplo.

"Os bancos centrais assumem os riscos"

RJ: *Como mudou o papel dos bancos centrais ao longo da crise financeira?*

EL: Acima de tudo, o termo “capital fictício” evoca o capital fictício criado pelos próprios atores econômicos no setor privado: direitos dos bancos comerciais contra os seus devedores; ações e títulos que são mantidos pelas companhias de seguros, fundos de investimento ou por investidores privados. Mas à medida que o dinheiro deixou de se apoiar no padrão-ouro, outro ator tornou-se importante na criação de capital financeiro no interior do próprio setor financeiro: o banco central. A política monetária não significa nada sem a influência de uma custódia do dinheiro à medida que o capital-dinheiro fictício vai sendo criado. Isso pode acontecer indiretamente, por exemplo, por meio da criação de reservas mínimas que os bancos comerciais estão obrigados a manter, deixando de emprestar.

Mas há outra coisa que é muito mais importante. Os próprios bancos centrais entram nos mercados financeiros e de capitais na condição de participantes que acumulam capital fictício. A chamada “criação de dinheiro” acontece quando os bancos centrais garantem crédito aos bancos comerciais por meio da compra de certas promessas de pagamento. Quando os bancos centrais reduzem as taxas de juros que pagam nessa compra de títulos de crédito, eles alimentam a criação de capital fictício. O aumento da taxa básica de juros tem o efeito oposto. Essa política de juros tem sido essencial para a superação das quedas críticas anteriormente ocorridas na era do capital fictício. Ele conseguiu alimentar o começo de uma acumulação privada de capital fictício durante a grave crise da Nova Economia, na virada do milênio, reduzindo drasticamente a taxa básica de juros.

A bolha imobiliária que reacendeu o fogo da economia real foi alimentada pelo crédito barato. Mas a crise atual parece diferente. Para evitar o colapso do sistema financeiro, os bancos centrais têm comprado, sucessivamente, mais e mais ativos tóxicos para garantir crédito em grande escala ao setor privado, de um modo que ninguém mais poderia fazê-lo, além de manter uma política de juro zero que fornece a matéria-prima para novas bolhas. Durante a fase de crise aguda, no outono de 2008, ele teve de substituir o mercado interbancário paralisado. Normalmente, os bancos internacionais emprestam uns aos outros aquele dinheiro que eles não estão atualmente usando; porém, após o colapso do Lehmann Brothers, eles ficaram tão desconfiados uns dos outros que essa forma de liquidez secou e os bancos privados passaram a receber crédito apenas dos bancos centrais.

O que é ainda mais grave do que a ação de resgate de curto prazo é o fato de que os bancos centrais terem sido obrigados, nesse entretempo, a comprar em grande escala títulos de governos com o fim de evitar que o mercado de títulos entre em colapso, produzindo-se então uma reação em cadeia de falências governamentais. Mas a crise bancária continua ainda latente, de tal modo que os bancos centrais continuam a assumir riscos. Eles estão, também, alimentando os bancos comerciais em

dificuldades com crédito de longo prazo que, obviamente, terão de ser cancelados em caso de falência.

Seja o Fed nos EUA seja o Banco Central Europeu, esse processo está transformando esses bancos centrais em “*bad banks*”. Eles estão loucamente bombeando capital-dinheiro no sistema bancário, ao mesmo tempo em que a qualidade de suas reservas monetárias está se deteriorando rapidamente; eis que elas se compõem cada vez mais por ativos tóxicos não comercializáveis. As compras emergenciais de promessas de pagamento feitas nos últimos quatro anos pode ter impedido o colapso do sistema financeiro; elas, porém, apenas adiaram a necessidade de desvalorização. De qualquer modo, ao fazê-lo, nacionalizaram o problema.

“A questão não é se vai haver inflação, mas quando ela aparecerá.”

RJ: *Quando, em sua opinião, a inflação começará?*

NT: A estabilidade monetária está ameaçada de dois lados: por um lado, os bancos centrais estão introduzindo mais e mais capital dinheiro no sistema bancário. À medida que os bancos e seus clientes reutilizam esse capital dinheiro como capital, ou seja, desde que comprem títulos de propriedade ou que o invistam de forma produtiva, não há consequências graves para a estabilidade monetária. Isso muda, porém, quando ele passa a fluir nos mercados de bens e serviços finais, sendo então tratado meramente como dinheiro extra para a compra das mercadorias disponíveis nos mercados. Se isso acontece em grande escala devido à falta de investimentos de capital, o inchaço na superestrutura financeira terá de ser transformada em uma desvalorização da moeda, ou seja, em inflação. Ao mesmo tempo, como já foi indicado, cedo ou tarde, ocorrerá uma desvalorização aberta das reservas monetárias. Assim, uma oferta imensa de dinheiro encontrará uma demanda reduzida.

Nessa perspectiva, a questão não é saber se haverá inflação, mas quando ela irá começar e qual o curso que irá tomar. Por enquanto, pelo menos aqui na Alemanha, a inflação tem se restringido aos metais preciosos e aos bens imobiliários, os quais funcionam como investimentos seguros no mundo contemporâneo. Na vida cotidiana, isso aparece também sob a forma de rendas crescentes. Mas dificilmente pode parar por aí.

Em outra perspectiva, é possível também que haja um retorno ao estado em que a economia mundial se encontrava antes da decolagem do capital fictício. Na década de 1970, os países capitalistas centrais foram marcados por um fenômeno que os economistas chamaram de “estagflação”: um fraco crescimento era acompanhado de inflação anual de cerca de 10%. Mas as dimensões do problema cresceram em comparação com aquelas observadas no referido período. Um fraco crescimento pode levar agora a uma depressão manifesta; a inflação pode chegar à hiperinflação. Adiar crise tem um preço.

A crise econômica e o capital fictício

Enquanto os teóricos neoliberais e keynesianos preferem interpretar a crise como um problema do lado da oferta ou lado da procura, Ernst Lohoff e Norbert Trenkle afirmam que a economia burguesa sofreu um ataque cardíaco com o início da

era da TI [ou seja, da tecnologia da informática]. Pois, com ela veio uma crescente substituição do humano trabalho por tecnologia. Ocorreu uma expulsão muito grande de pessoas para fora do trabalho assalariado [produtivo], ao mesmo tempo em que foi mantido o trabalho como fonte fundamental do lucro. Essa mudança, segundo eles, apenas pôde ser compensada com a expansão exorbitante do capital especulativo – ou seja, do “capital fictício”. A quantidade de títulos de propriedade negociados nos mercados financeiros cujo valor apenas pode ser realizado no futuro, mas que são negociadas com antecedência como capital, tais como os derivativos, os títulos futuros, as opções, etc., aumentou dramaticamente nos últimos anos, excedendo o valor produzido pela economia real muitas vezes.

Mas esse deslocamento da acumulação da produção para a esfera da especulação não elimina o problema da valorização. Em vez disso, ele move esse problema para um nível mais profundo – com consequências ainda mais graves. É previsível que a fé na realização do valor futuro deva entrar em colapso porque a base real desses títulos de propriedade está sendo erodida. Então, na opinião dos autores do *Die Grosse Entwertung* (A grande desvalorização), toda a cadeia desse castelo de cartas também entrará em colapso.

RJ: *O que causou a crise atual?*

NT: Ao olharmos para as causas, temos de distinguir entre as duas grandes camadas da crise. No nível de base, a crise da valorização do valor, como já foi dito, resulta da aceleração do desenvolvimento da produtividade, a qual torna o trabalho cada vez mais supérfluo. A terceira revolução industrial desempenha um papel fundamental nesse processo. Nas fases anteriores do desenvolvimento capitalista também existiram forças poderosas em direção racionalização, por exemplo, nos anos das décadas iniciadas em 1920 e em 1930, quando foram introduzidos os métodos da produção fordista. Mas também, nessas fases, abriram-se ao mesmo tempo novos setores da produção industrial de massa, os quais exigiram uma absorção maciça de força de trabalho adicional. A expansão da produção de mercadorias para novos campos compensaram os efeitos de racionalização, de modo que, em última análise, mais trabalho passava a ser absorvido do que antes.

Mas, na terceira revolução industrial, este mecanismo de compensação não está mais funcionando. Pois, a reestruturação do processo de produção com base na tecnologia da informação significa que se transfere o poder produtivo da sociedade para o nível do conhecimento ou, mais precisamente, para o nível da aplicação do conhecimento à produção. Como resultado, os fundamentos da valorização do capital são então postas em causa. E isso ocorre porque há um deslocamento absoluto da força de trabalho em todos os setores da produção de valor, ao mesmo tempo em que não surgem novas indústrias que possam se tornar competitivas.

RJ: *Então, o que é capital fictício e qual o seu papel na crise atual?*

EL: A noção de capital fictício é essencial para a compreensão da segunda camada da crise. É um termo que Marx introduziu apontando para um modo de existência do capital que é distinto daquele do capital funcionante. Ele mostrou que o capital em seu curso de desenvolvimento não apenas transforma a produção de

batatas, aço, têxteis etc. em produção de mercadorias, mas também que ele próprio, enquanto capital dinheiro, também se transforma numa mercadoria negociável.

"Esperança objetiva de valor futuro"

O que acontece nesse processo é surpreendente. O capital inicial, como resultado de uma venda, ganha de repente uma existência dupla. Por um lado, certo capital inicial está agora na posse de um devedor ou de uma empresa emissora de ações, mas, ao mesmo tempo, o credor ou o acionista detém também um espelho do capital inicial, ou seja, um título de propriedade (indicador de um empréstimo, de uma participação etc.), o qual representa uma esperança objetiva de um valor futuro. Esta duplicação não é uma mera ficção como o termo “capital fictício” parece sugerir. Ela não existe apenas na mente das pessoas. Ela adquire uma existência social objetiva sob a forma de valores mobiliários, pelo menos enquanto o certificado de dívida correspondente se afigura como resgatável. Trata-se de uma reivindicação de valor futuro que representa riqueza capitalista, exatamente da mesma forma que o valor retirado pelo capital funcionante do trabalho na esfera da produção.

Este tipo de expansão de capital mediante a capitalização prévia de valor futuro era marginal, quase irrelevante para o desenvolvimento de longo prazo da acumulação de capital, no tempo de Marx. Mas, ao longo dos últimos 30 anos, tornou-se uma fonte imprescindível de riqueza. Diante do fato de que o trabalho está se tornando cada vez mais supérfluo devido aos ganhos de produtividade, para que a produção capitalista possa ter continuidade, porções cada vez maiores de valor futuro, fictício, foram sendo trazidos do futuro para o presente. Como resultado desse processo, a crise estrutural de valorização pode ser, por enquanto pelo menos, adiada.

RJ: Como fica o que está sendo punctionado do futuro?

EL: Infelizmente, um sistema baseado na antecipação da produção de valor futuro só pode funcionar como uma corrente de cartas que se multiplica ao longo do tempo, ou seja, como um processo duplamente limitado: de um lado, quanto mais tempo essa forma insana de capitalismo continua se reprocessando, mais rápido é acumulado em direção aos céus um montante de ativos tóxicos, indicadores de um futuro capitalista que já foi consumido. As dívidas do passado não podem desaparecer sem consequências. Ou elas têm de ser refinanciadas ou o capital social que representam será destruído por anulação do capital fictício.

"As dívidas do passado não podem desaparecer sem consequências"

Por outro lado, a crescente onda de novos títulos de propriedade só pode encontrar mercado caso, de alguma forma, pareçam plausíveis os cumprimentos das promessas de pagamento e as perspectivas de lucro oferecidas por parte dos tomadores de empréstimos. Quando isso não pode mais ser garantido, a bolha estoura e parece ocorrer uma mera “crise financeira”. Na realidade, a única coisa que falhou foi o mecanismo que permitiu a crise estrutural de valorização ser adiada por décadas. Ao se entender esse ponto, comprehende-se que a crise atual é muito mais dramática

do que tem sido percebida. É uma crise sistêmica no sentido mais estrito do termo: uma crise que realmente põe em causa o sistema capitalista de produção de riqueza.

RJ: Quais serão as consequências das políticas de austeridade que estão sendo implementadas pelos dirigentes financeiros e políticos como uma solução para a crise?

NT: Duas coisas têm de ser mantidas separadas quando se fala de políticas de austeridade. Austeridade no sentido de estabelecer metas oficiais, especificamente como um caminho para a consolidação orçamentária, vem a ser uma fada Morgana. Pois, novas dívidas terão de ser contraídas, crescendo assim por conta própria, porque os Estados ficaram sem nenhuma outra opção do que bombear continuamente incontáveis bilhões no sistema bancário e financeiro, a fim de adiar o próprio colapso pelo tempo que puderem. Fazem isso porque haverá consequências catastróficas se não o fizerem. Mas esses bilhões não poderão vir de criação de valor real. Apenas poderão ser levantados por meio da antecipação repetida de valor futuro.

"As consequências para a maioria da população são devastadoras"

Assim, os Estados têm de fazer tudo ao seu alcance para garantir a sua solvência, procedendo como se estivessem em condições de consolidar os seus orçamentos de longo prazo. E isso é exatamente o que eles procuram demonstrar por meio de políticas brutais de austeridade, as quais se voltam contra todas as esferas sociais; pois, os sistemas de segurança social, os serviços públicos, a educação etc. são considerados puro lastro da perspectiva do capital fictício. A versão oficial dessa história é, na verdade, bastante reveladora: eis faz distinção entre os setores que são “sistemicamente relevantes” e os que “não são sistematicamente relevantes.” O fato de que as consequências dessas políticas sejam devastadoras para a maioria da população e para a produção de riqueza material não precisa de maiores explicações. É suficiente apenas olhar para a Grécia e para a Espanha, onde tudo o que está sendo implementado é exatamente aquilo que, mais cedo ou mais tarde, irá ameaçar mesmo os países que ainda não foram gravemente afetados pelas consequências da crise.

RJ: Por que eles estão optando por esta política de empobrecimento?

NT: Eles não estão fazendo isso, por exemplo, para criar uma sociedade “sustentável” ou para não deixar dívidas excessivas para “nossos filhos”, tal como diz o jargão político, pateticamente insincero e hipócrita. Eles estão procedendo desse modo apenas para continuar a acumulação de capital fictício. O preço dessa loucura, entretanto, está ficando cada vez maior porque não se trata mais de manter em funcionamento a máquina produtora de riqueza abstrata, mas sim porque essa máquina entrou num impasse inescapável em virtude da alta produtividade do trabalho. Acima de tudo, pelo contrário, o que se tem tentado impedir é o colapso das imponentes montanhas de promessas de pagamento irresgatáveis. Por esse motivo, a maior parte do capital fictício recentemente criado reflui para o próprio setor financeiro, entrando assim cada vez menos, diretamente, na circulação na economia real.

"Estão sendo empilhadas montanhas de promessas de pagamento irresgatáveis"

Em consequência, a política demonstrativa de austeridade está chegando a um ponto em que está se tornando contraproducente, mesmo na perspectiva estreita da acumulação de capital fictício como um fim. Mesmo onde está sendo levada ao extremo, como na Grécia e na Espanha, ela está levando a economia, diretamente, à depressão econômica – o que também acaba afetando o próprio sistema bancário e financeiro. Mesmo entre os czares alemães e europeus da austeridade está-se lentamente tomando ciência de que a linha dura é insustentável. Por essa razão e – é claro – por causa dos protestos, novos programas de crescimento e de estímulo estão agora sendo discutidos; porém, resta saber se esses programas serão mesmo – ou não – implementados a tempo, antes do início do dilúvio. Esperemos que sejam adotados, pois, assim podem pelo menos retardar o rumo do empobrecimento.

É claro que, mesmo no melhor cenário possível, esse programas só atrasariam o desenlace porque eles seriam subsidiados com base no mesmo capital fictício. Segue-se, então, que os seus apoiadores, tal como o novo presidente da França, François Hollande, não estão de fato desafiando a austeridade. Só querem lhe dar uma forma ligeiramente diferente. Estão também correndo atrás da ilusão de um orçamento equilibrado; em última análise, eles estão dispostos a exigir da população que façam todo sacrifício possível em nome dessa ficção. A partir dessa perspectiva, podemos esperar novas cargas de crueldade vindas de uma possível coalizão de governo vermelho-verde na Alemanha no ano que vem.

RJ: Em seu livro, você escreve que “mais cedo ou mais tarde, chegará o momento em que o nível da capacidade de produção se tornará incompatível com a forma capitalista de riqueza”. Mas não existem sempre tendências que neutralizam uma crise esteja ela em curso ou então após o seu fim?

EL: A teoria marxiana da crise considera dois elementos juntos. Por um lado, Marx mantém que o capital caminha rumo a um limite histórico intransponível devido ao desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, examina também o curso periódico das crises que interrompem a progressão da acumulação de capital sempre num nível mais elevado. Em sua teoria da crise, estes dois elementos estão unidos: nessas duas dimensões sempre aparece o problema fundamental do capitalismo, qual seja ele, a subordinação da produção de riqueza material ao objetivo da valorização do valor.

"A maneira budista de compreender as crises"

Ainda mais do que em outras esferas da sociedade, a discussão na esquerda é dominada por uma marcada tendência a minimizar a crise atual. Assim, o problema das crises periódicas é visto de forma isolada e a possibilidade de um limite histórico é simplesmente desconsiderada. Como resultado tem-se uma espécie de maneira budista de compreender crises: segundo essa visão, as crises não engendram nada mais do que puros “movimentos de autocorreção”. Trata-se de um ir e vir por toda a eternidade, o qual, ao final, apenas reforça o capital. Algo disso também aparece em

Marx – mas ele diz algo completamente diferente sobre as crises periódicas: “as crises são sempre soluções momentâneas e forçosas das contradições existentes. Elas são erupções violentas que restabelecem por certo tempo o equilíbrio perturbado.” Portanto, para ele, o elemento principal é a intensificação constante e a acumulação de novas contradições.

Nosso argumento no livro apreende diretamente a tese marxiana de que há um limite histórico e o coloca na terceira revolução industrial. O fato de que a destruição do capital em tempos de crise restaura a rentabilidade do capital sobrevivente, podendo, portanto, tornar-se o ponto de partida de uma acumulação renovada não faz referência ao problema do limite histórico, mas se cinge, estritamente, à consideração das crises periódicas. Assume que um novo impulso autossustentado de valorização do capital pode começar após o excesso de capacidade ter sido corrigido. Mas é isso exatamente o que está fundamentalmente excluído de acordo com as condições da terceira revolução industrial.

O neoliberalismo transformou-se no padrinho do sector financeiro

Durante a era keynesiana, o estado se consolida como um defensor ativo da vida econômica, passando a operar por meio de intervenções diretas e indiretas. No entanto, a inconsistência fundamental entre a produção material e a valorização abstrata e, em consequência, a propensão às crises, nunca foi questionada pela economia burguesa. Como resultado, um dilema fundamental permaneceu encoberto: o aumento da produtividade com taxas inalteradas ou estagnadas de acumulação é sempre acompanhado por uma tendência a cortar empregos; ora, como consequência, cresce sempre a erosão da base da acumulação real.

Quando, no final dos anos 1970, a receita keynesiana deixou de ter um efeito positivo sobre os investimentos privados, ela foi substituída pelo neoliberalismo. A nova receita orientou o capital de investimento para a esfera especulativa do setor de finanças, até então inexplorada. Isso levou a crescente dependência da economia real aos impulsos vindos dos mercados financeiros. Ora, isto solapou progressivamente a base econômica do capitalismo, pois produziu, periodicamente, bolhas de valorização financeira, sem base real. Após a onda da Nova Economia e do estouro da bolha imobiliária, a crise estendeu-se progressivamente passando a erodir também as finanças públicas.

RJ: Você faz conexão das vitórias do keynesianismo e do neoliberalismo, respectivamente, às duas fases subsequentes da dinâmica de valorização econômica no capitalismo. Você pode explicar isso?

NT: O relativo sucesso do keynesianismo durante o boom do pós-guerra deveu-se a certas condições estruturais específicas, as quais ele tomou como dadas, pois estavam realmente fora de seu alcance. Ou seja, ele não as criou e não poderia tê-las criado. Apesar disso, a política de regulação e redistribuição keynesiana foi totalmente funcional [para o desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra]. Pois, expandiu a massa do emprego industrial e agiu como o motor da autosustentação da valorização do capital. A expansão dos sistemas de bem-estar social e o aumento dos salários reais

não só contribuíram para a pacificação social, mas também para a estabilidade do crescimento econômico já que fortaleceu o consumo de massa. A expansão da infraestrutura pública foi pelo menos tão importante. Sem isso, a industrialização onipresente e a mercantilização de tudo na sociedade não poderia ter funcionado. Os automóveis não poderiam circular sem uma densa rede de estradas; a eletrificação dos domicílios exigia um fornecimento crescente de energia elétrica; um sistema de ensino ampliado e de grande cobertura era necessário para educar uma força de trabalho qualificada.

Para tanto, o Estado assumiu um papel central; difundiu-se então a ideia de que ele estava em condições de manter em processo o desenvolvimento econômico, guiando-o e o estabilizando no longo prazo. Porém, o boom fordista do pós-guerra chegou ao fim e essa expectativa revelou-se afinal como uma ilusão. A valorização do capital chegou então a um impasse já que cada vez mais os trabalhadores foram despedidos devido ao rápido aumento da produtividade. Isso ocorreu não apenas porque as fontes de financiamento para as atividades do Estado haviam secado. Mais grave do que isso foi o fato de que ele não conseguia despertar uma nova onda de valorização autossustentada do capital, apesar de ter provido maciços estímulos e pacotes de crescimento financiados pelo crédito.

De nossa perspectiva, não há nada de notável nesse fracasso. Pois, se o Estado pode intervir, até certo ponto, nos mecanismos do mercado, ele não tem acesso ao processo básico que se encontra impulsionado pela contradição interna do capitalismo. Dito de outra maneira, o keynesianismo foi impotente diante da racionalização generalizada que se seguiu à terceira revolução industrial. Eis que esta, em última análise, correu as bases de valorização do capital. Toda tentativa de tirar a economia real da rota de estagflação falhou miseravelmente.

Essa foi, portanto, a razão mais profunda para a vitória do neoliberalismo. Ele não tinha um projeto para acelerar a valorização do capital, mas lançou as bases para o deslocamento da dinâmica econômica para a “indústria financeira”, adiando assim, consequentemente, a crise para as próximas três décadas. Os fatores críticos que permitiram esse deslocamento foram, por um lado, a liberalização consistente dos mercados financeiros e, por outro lado, o aumento da dívida pública na administração Reagan. Ambos abriram espaço para uma forma de financiamento que permitiu a expansão em larga escala da acumulação de capital fictício, o que adiou o colapso do sistema. A destruição das estruturas fordistas através do enfraquecimento dos sindicatos etc. fez o resto. Ao mesmo tempo, a privatização do setor público abriu novos campos de investimento financeiro: por exemplo, os sistemas de pensão estatais foram transformados em sistemas de seguro de vida privado.

RJ: Qual é o papel da revolução da TI em tudo isso?

NT: Da mesma forma que o keynesianismo apoiou a expansão da produção industrial de massa, o neoliberalismo se tornou o padrinho da “indústria financeira”. É uma ironia da história que, simultaneamente, tenha propiciado o irromper da terceira revolução industrial. Esta, por si mesma, teria se sufocado devido à sua própria produtividade. Mas a acumulação de capital fictício criou um espaço de acumulação que era necessário para uma ampla instalação de tecnologia da informação. Assim, apelando à valorização futura, foi possível conter temporariamente os efeitos de uma

racionalização poderosa que provoca um deslocamento maciço do trabalho vivo dos setores em que ocorre a real valorização do valor. O resultado desse processo, no entanto, vem a ser uma erosão progressiva da produção de valor, a qual realmente só se torna visível agora, em sua escala completa, na crise do capital fictício.

RJ: Em seu livro, você compara a teoria econômica a uma “técnica artística que prescreve o uso de uma borracha como o único instrumento necessário para fazer retratos”. O que você quer dizer com isso?

EL: Isso nos leva de volta à questão inicial apresentada já na primeira parte da entrevista. A teoria econômica, independentemente de qual escola se trate, não consegue entender a crise porque oblitera a distinção básica entre as duas formas de riqueza: a material e a abstrata. Os capítulos de abertura dos livros de teoria econômica dizem sempre que o propósito da economia é a satisfação das necessidades e a provisão ótima de bens para as pessoas e que só a economia de mercado, sob a condição de avançada divisão do trabalho, pode conseguir isso.

Assim, a economia de mercado é descrita como se funcionasse de acordo com o princípio simples da troca de mercadorias, tal como ocorria de fato num mercado medieval onde, por exemplo, sapatos são trocados por suínos e ovos são obtidos por meio de novelos de lã. Isto sistematicamente oblitera o que é realmente óbvio, ou seja, que, em condições capitalistas, será produzido apenas o que faz do dinheiro mais dinheiro, de tal modo que o objetivo da produção é a reprodução da riqueza abstrata, sendo a mercadoria apenas um meio para manter este sistema auto-referencial em operação. Para dizer de forma diferente: a economia utiliza a borracha diretamente ao nível dos seus pressupostos básicos e, assim, apaga o que é específico sobre o modo de produção capitalista. Não é de admirar, então, que ela seja incapaz de reconhecer as causas da crise.

RJ: Você considera a crítica que personifica os especuladores e os banqueiros como instrumento de argumentação antissemita e racista. Por quê? A crítica dirigida aos banqueiros a partir de 2008 não está sendo construída com base em clichês antisemitas, ao contrário daquela que ocorreu na década de 1920, por exemplo. Naquele momento, empregaram-se de fato caricaturas construídas com imagens antisemitas. Ou será que eu perdi alguma coisa?

NT: Para começar, é preciso tomar distância fundamentalmente de qualquer crítica que personifica, pois esta está atualmente fora de controle em todas as formas possíveis. A crise do capital fictício é também uma crise do euro. E como ela está sendo tratada? A culpa é dos “gregos preguiçosos” que supostamente desperdiçam “o nosso suado dinheiro”. Esta personificação ignora insanamente o fato de que a sociedade tem sido empobrecida no meio da abundância simplesmente porque toda a riqueza gerável tem que passar primeiro no fundo da agulha da produção de mercadorias. O pior é que a raiva em relação a esse estado miserável é projetada em sujeitos coletivos específicos; a coisa é construída de tal modo que, agora, tem-se de fato uma temporada de caça a eles.

Temporada de caça a sujeitos coletivos

Colocar a culpa em banqueiros e especuladores é por si só "apenas" mais um caso de personificação. Mas há aí um sinal de alguma coisa a mais e esta é bem inconsciente. Essa personificação em particular é bem congruente com o modelo básico do antisemitismo, pois ela constrói uma oposição entre um capital "construtivo" e um capital "dinheiro de araque" – e este último é identificado com "os judeus". Podemos ver esse modelo novamente hoje na ideia generalizada de que a economia real foi destruída por alguns especuladores gananciosos e o que importa agora é que eles sejam colocados em seus lugares.

Porém, não se quer afirmar aqui que todos os que atacam os banqueiros e os especuladores sejam antisemitas. O que se quer dizer é que esse modo projetivo de apreender a crise é totalmente compatível com o procedimento acusatório antisemita. Não é coincidência, então, que tal uso derivativo da linguagem metafórica apareça sempre de novo, por exemplo, no notório termo "gafanhotos", popularizado pelo político socialdemocrata alemão, Franz Müntefering, quando ele se posicionou como um crítico do capitalismo. A frase "eles nos atacam como gafanhotos" vem do filme de propaganda nazista *Jud Süß*. Classificar certas pessoas como porcos gananciosos é um modo de acusar que não precisa de mais explicações. Há outras imagens desse tipo e elas se repetem: por exemplo, a descrição popular do capital financeiro como um polvo que tem o mundo em seus tentáculos. Tudo isso se afigura como formas de propaganda idênticas às expressões antisemitas empregadas pelos nazistas. É preciso ter muito cuidado com tudo isso. Há ainda um tabu na Alemanha que impede uma transição para a agitação antisemita aberta, mas a tendência é cada vez mais perceptível e isto é muito perigoso.

RJ: *Que práticas políticas e teóricas concretas advêm de seu modelo teórico?*

NT: Bom, em primeiro lugar, advém uma rejeição fundamental à austeridade. É totalmente insano afirmar que temos vivido acima das nossas possibilidades e que, por isso, temos agora que apertar o cinto, pois estamos diante de níveis extremamente elevados de produtividade. O oposto é verdadeiro. Se pudéssemos fazer pleno uso das possibilidades do poder produtivo moderno, cada pessoa no mundo poderia ter uma vida boa e só teria de gastar uma fração de seu tempo produzindo bens materiais ao longo da vida.

A compulsão para produzir riqueza abstrata

A única razão pela qual isso não acontece é porque as empresas em geral – e isto é óbvio – obedecem apenas à sua compulsão para produzir riqueza abstrata. Elas aderem simplesmente à noção de que a riqueza material só pode ser reconhecida como tal na medida em que representa "valor". E não se trata simplesmente de uma oportunidade perdida ou de uma possibilidade que passou despercebida. A adesão à lógica da produção de valor no nível atual de produtividade do trabalho é simplesmente catastrófica. Ela leva à exclusão de um número enorme de pessoas "supérfluas", as quais são sacrificadas no altar do imperativo sistêmico que atua para manter o fluxo de capital fictício do futuro para o presente.

Mas se nós nos livrarmos da ideia aparentemente óbvia de que os bens e os serviços apenas podem ser produzidos como mercadorias, novas perspectivas se abrirão. Especificamente, então, nós poderíamos perguntar como e de que forma o potencial produtivo existente poderia ser mais bem usado para gerar o bem-estar geral, sem ter que raciocinar sobre a viabilidade financeira, a comercialização ou rentabilidade. Em vez disso, teríamos que orientar as nossas práticas pela perspectiva da riqueza material e das necessidades concretas. Ora, isto já acontece nas práticas dos movimentos sociais, por exemplo, quando os despejos são impedidos porque as pessoas não veem por que alguém deveria viver na rua ou em uma barraca, simplesmente porque não pode pagar a sua hipoteca ou o aluguel. Também acontece quando as pessoas dizem não à privatização de órgãos públicos nas esferas culturais ou sociais. Esses são os primeiros passos, mas eles apontam na direção certa. Sempre que eles estiverem ligados a uma crítica radical da forma “riqueza abstrata”, um conjunto de novas perspectivas de emancipação social se abrirá.